



Mantido veto ao fim de tarifa básica da telefonia

(foto Carlos Kiltan)

Vinte vetos foram apreciados. Dezessete foram mantidos e três derrubados

As galerias da Assembleia Legislativa estavam lotadas para acompanhar a apreciação das 29 mensagens de veto que estavam na pauta para a votação da tarde de quarta-feira (6), conforme acordo de líderes firmado na semana passada. Vinte vetos foram apreciados e nove ficaram para a próxima sessão, na terça-feira (12).

Uma das proposições que vinha provocando embates acirrados foi responsável por deixar as galerias

cheias durante toda a tarde. Mas a pressão popular e os apelos dos parlamentares da oposição não foram suficientes para derrubar a mensagem de veto do governador Luiz Henrique da Silveira sobre o Projeto de Lei nº 378/04, do deputado petista Paulo Eccel, que vedava a cobrança pelas concessionárias de telefonia das tarifas de assinatura básica. Com 14 votos sim e 19 não, o veto mantido recebeu as vaias dos visitantes que lotavam as galerias do Plenário. Seriam necessários 21 votos para rejeitar o veto.

Página 7



Comitivas vieram de todo o Estado para acompanhar votação. Governo argumentou que tarefa cabe à Câmara dos Deputados

Audiência discute duplicação da BR-470

O presidente da Comissão de Transportes, deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), coordenou audiência pública na quarta-feira (6), em Plenário, para discutir a duplicação da BR-470, que liga o

Vale do Itajaí ao Planalto Serrano. Estiveram presentes diversos deputados da Casa, representantes dos setores de transportes, comércio, indústria, polícia rodoviária, governo do Estado e lideranças estaduais.

(foto Jonas Leites Campos)



Dois propostas para duplicação foram apresentadas. Ambas prevêem cobrança de pedágio

Página 8

Eleições da UCE geram polêmica

Estudantes estiveram na Alesc na tarde de quarta-feira (6) para esclarecer questões sobre as eleições da UCE (União Catarinense de Estudantes), nos dias 2 e 3, na Univali, em Itajaí, durante o 31º Congresso da entidade. Na tentativa de discutir o assunto, uma entrevista coletiva estava marcada para o dia 6 na Alesc, mas

devido a ânimos acirrados a entrevista teve de ser desmarcada. As duas chapas participantes estiveram presentes, cada uma defendendo a sua vitória. Foram trocadas ofensas e frases de efeito. Parlamentares manifestaram-se em Plenário, um dia antes, quando apontaram os tumultos ocorridos durante o processo.

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Tumulto impediu a realização de entrevista coletiva na Sala de Imprensa

Página 9

João Alfredo lança livros

No dia 5 de abril, às 19 horas, na Galeria de Arte Meyer Filho da Assembléia Legislativa, foram lançados os livros *Tenho Dito e Portugêses Prático e Forense*, *o Estilo e a Oratória no Brasil*, ambos do professor e escritor João Alfredo Medeiros Vieira.

Eleito por unanimidade, em 1975, para a Academia Catarinense de Letras, Medeiros Vieira vem publicando obras nas áreas de Literatura, Filosofia e Direito. Já lançou 22 livros, além de oito monografias que serão reeditadas ainda neste ano, pois estão com suas edições esgotadas.

O que lhe deu grande notoriedade em todo o Brasil, e fora do país, foi uma página escrita em 1973, época em que era juiz de Direito em Joaçaba, intitulada *A Prece de um Juiz*, que, posteriormente, foi reproduzida em dezenas de apêndices de obras jurídicas, re-

vistas, suplementos literários e traduzida para 41 línguas.

Dedicação – João Alfredo, que completou 76 anos no dia 13 de março, destacou em suas obras a cultura catarinense. Como reconhecimento a sua dedicação ao povo catarinense, o escritor recebeu, no dia 23 de março, da Câmara Municipal de Vereadores, a Medalha de Mérito Francisco Dias Velho pelos serviços prestados à capital catarinense.

Diplomado em Filosofia pela PUC do Rio Grande do Sul, em 1960, bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1970, foi juiz de Direito em várias comarcas do Oeste, Sul e Norte do Estado. Também foi professor da Escola de Aprendizes Marinheiros e do Colégio Aderbal Ramos da Silva, além de titular concursado da Udesc, em 1968, onde também foi professor adjunto de Teoria Geral do Processo, na década de 80. (TK)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Capacidade crítica

É de se esperar que em um mercado pequeno como o de Santa Catarina os órgãos de imprensa atrofiam a tão necessária e salutar capacidade crítica, mas em Santa Catarina chega-se ao extremo de se confundirem com boletins de órgãos públicos com o único diferencial de reproduzirem algumas colunas e matérias dos grandes jornais dos principais centros do país. Sustentam alguma venda em banca e por assinatura, pelo fato de serem única opção para anunciantes e consultores de classificados, sem qualquer demonstração de maior interesse de cumprimento da função do jornalismo, além da comercialização de seus espaços comerciais.

Apesar de divulgador de um órgão público e político, sem interesses comerciais, o *AL Notícias* assume a função crítica que aqueles evitam, resultando em uma inversão de papéis, onde este órgão oficial mais e melhor se volta para os fatos e a

realidade de interesse da população.

Parabéns aos que o fazem por fazerem um jornal para ler, e não apenas para descobrir onde e o que comprar. Parabéns também à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, pois, pelo que demonstra, o jornal se tornou uma instituição de política pública, ao contrário das de política de setores econômicos que apenas demonstram interesse na versão a ser veiculada ao público pela imprensa privada.

Se fosse às bancas e pudesse comercializar seus espaços aumentando suas páginas, em pouco tempo o *AL Notícias* se tornaria o jornal de maior tiragem e sucesso comercial no Estado, pois há muito o público daqui espera um jornal de verdade, e este jornal é o que há de mais próximo disso no mercado.

Raul Longo

Jornalista e empresário
Florianópolis - SC

OPINIÃO

A importante passagem pelo Parlamento

Diferente das vivências anteriores, os últimos 26 meses dedicados à vida pública na função de deputado estadual ampliaram extraordinariamente meus horizontes políticos e, em especial, proporcionaram conhecer bem melhor o universo dos catarinenses. Tanto nas atividades desenvolvidas na própria Assembléia Legislativa, como nas que envolvem a representação do Poder, em todas as regiões de nosso Estado, a vida parlamentar abriu frentes para termos contatos com a comunidade, entidades e pessoas. Nos permitiu, de modo especial, aguçar a visão crítica sobre necessidades da população e dos municípios e ter a dimensão clara das possibilidades de atuação do colégio de deputados estaduais.

Neste sentido, quero publicamente externar minha gratidão pelo companheirismo de todos os colegas com quem tive o prazer de conviver nesta Assembléia, pois é a partir das trocas de experiências, do foco das atenções de seus mandatos, da capacidade pessoal de cada um em traduzir anseios e clamores de segmentos da nossa sociedade que podemos perceber a importância do Parlamento, uma casa ampla, mais do que tudo pela capacidade que oferece ao debate e à abertura para proposições e encaminhamentos políticos, que prima pelo respeito à pluralidade democrática e à defesa da liberdade de expressão.

Faço tais registros no momento em que assumo um novo desafio pessoal, aceitando convite do governador Luiz Henrique da Silveira para integrar o secretariado de Estado, respondendo pela área da Infra-estrutura. Tenho certeza de que minha passagem nesta Assembléia em muito contribuirá para, no período em que estiver à frente daquela pasta, sempre manter as atenções e ter sensibilidade diante dos pleitos dos catarinenses.

Como ex-prefeito de Rio Negrinho, comunidade que me lançou na vida pública, acumulei experiência administrativa e pude vivenciar durante seis anos o desafio diário de gerir recursos limitados e necessidades bem mais amplas da população. Não será diferente numa área estratégica para o desenvolvimento catarinense, na qual cada comunidade tem seus pleitos, enquanto que as dotações do orçamento são sempre premidas pela capacidade de arrecadação ou de contrair novos financiamentos.

Ainda assim, com boa previsibilidade sobre o grau de dificuldades que a gestão daquela pasta deve oferecer, mantenho extremo otimismo em perseguir metas do atual governo, que busca descentralizar ações em benefício do desenvolvimento estadual. E, para obter êxito, tenho certeza de que a experiência no Legislativo, a vivência com os colegas deputados e servidores deste Poder, em muito contribuirá.

Deputado Mauro Mariani (PMDB)

■ Pergunte ao deputado ■

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira, Denise Arruda Bortolon, Magda Audrey Pamplona e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, e Vitor Santos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Bruno Corrêa da Silva e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Estagiários Progr. Antonieta de Barros: Suelen Regina Hilário e Rodrigo César de Araújo

Impressão: Diário Catarinense

Câmara Brasil/China

(foto Carlos Kilian)



Godinho e Charles Tang: compromisso com o intercâmbio

Para facilitar e estreitar as negociações visando a ampliação do comércio entre Brasil e China, foi empossada, na noite do dia 30, no Plenário, a primeira diretoria da CCIBC (Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China). O projeto da constituição da Câmara no Estado surgiu com a iniciativa do advogado Mauro Viegas, eleito diretor executivo, e do deputado Sérgio Godinho (PTB), empossado como presidente regional, quando visitaram a China, em 2004. Eles ficaram entusiasmados com o desenvolvimento econômico daquele país, sua história e sua cultura. Após todo o envolvimento para facilitar a abertura de negócios com a China, o presidente binacional da CCIBC, Charles Tang, manifestou interesse na abertura de uma regional no Estado,

idéia agora concretizada.

A sessão, que esteve lotada, iniciou com a exibição de um vídeo mostrando imagens das instalações da sede, em Florianópolis. Após, foram empossados como membros honorários: o governador Luiz Henrique da Silveira, representado pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB); o presidente da Alesc, deputado Julio Garcia (PFL); os prefeitos de Florianópolis, Joinville e Lages, Dário Berger (PSDB), Marcos Tebaldi (PSDB) e Raimundo Colombo (PFL), respectivamente. Tam-

bém tomaram posse como integrantes do Conselho Consultivo o deputado Onofre Agostini (PFL), representado pelo major

José Wolni de Souza; o desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi e os jornalistas Moacir Pereira e Paulo Ramos Derengoski, este último representado por César Godinho. O diretor executivo, Mauro Viegas, enfatizou que o objetivo da Câmara é dar acompanhamento ao empresário que quiser investir na China.

Parceiro - O deputado Sérgio Godinho (PTB) salientou que a China tornou-se o segundo maior parceiro comercial do Brasil.

Em 2004, as exportações de produtos brasileiros para o mercado chinês alcançaram a cifra de R\$ 5,5 bilhões, crescendo 54% em relação ao ano anterior. O parlamentar ainda mencionou que a Câmara está presente em 15 estados brasileiros. Com população superior a 1,3 bilhão de pessoas e com cerca de 20 milhões de milionários, a China possui uma reserva de divisas que chega a 600 bilhões de dólares. Já a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, fundada em 1986, é uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, que incentiva o trabalho de promoção comercial.

Estiveram presentes os deputados Antônio Ceron (PFL), Francisco Küster (PSDB), Manoel Mota (PMDB), o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Salomão Rimas Júnior, e a representante da embaixada da China no Brasil, Xie Ying. (GMP)

Micro e pequenas empresas

A primeira sessão solene em homenagem ao Dia Estadual das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina instituído pela Lei nº 13.234, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT) e aprovada em 27 de dezembro de 2004, foi realizada na noite do último dia 29, no Centro Administrativo do Estado. O evento, requerido e presidido pela deputada Ana Paula Lima (PT), lotou, com a presença de micro e pequenos empresários, entidades empresariais, representantes do governo do Estado e da Ampes (Associação das Micro e Pequenas Empresas) de vários municípios catarinenses.

Cerca de 99% das empresas no País, responsáveis pelo emprego de quase 60% do total de trabalhadores, são micro e pequenas empresas, informou Ana Paula, pouco antes de convocar Clóvis Ferreira, presidente da Fampesc (Federação das Associações das Micro e Pequenas de Santa Catarina), para juntos lançarem o desafio de fazer com que o Estado volte a ser o "gigante do Brasil" neste setor. Inserido nesse desafio está o lançamento de um livro, em 29 de março de 2006, para contar a história e registrar a memória de todos que participarem da luta. Como marco inicial, Ana Paula acendeu a chama de uma vela branca, para simbolizar essa conquista.

Durante o evento, também foi lançado o carimbo comemorativo do Seminário Catarinense da Micro e Pequena Empresa, pelo diretor adjunto regional dos Correios, Laerte Alves Setúbal. Segundo Bruno Quick, gerente de Políticas Públicas do Sebrae nacional, a entidade é um serviço de apoio ao setor. "Estaremos juntos nesse desafio, para que as micro e peque-



Pinho Moreira, que representou LHS, e Ana Paula

nas empresas catarinenses possam crescer e trazer renda para o país."

Ao se pronunciar em nome da Fampesc e das 46 entidades que a integram, Clóvis Ferreira, agradeceu o apoio que tem recebido, também do governo do Estado, na defesa do desenvolvimento do setor. Somente no ano passado, as exportações geraram cerca de 150 milhões de dólares e para este ano estima-se que sejam superiores a 200 milhões de dólares. Somos o quarto Estado no ranking das exportações.

O primeiro presidente da Fampesc, no período de 1985 a 1987, Pedro Cascaes Filho, lembrou que foram anos de muita luta e dedicação que valeram a pena, pois o movimento cresceu e tomou conta do país. Cascaes é líder pioneiro do movimento dos micro e pequenos empresários em Santa Catarina e no Brasil. (TM)

Sorgato assume vaga de Mariani

Deputado eleito com a maior votação entre os peemedebistas que integram a atual legislatura, Mauro Mariani está deixando o Legislativo na sexta-feira (8) para assumir novo desafio na área administrativa, aceitando convite do governador Luiz Henrique para atuar como secretário de Estado da Infra-estrutura.

Duas vezes prefeito de Rio Negrinho, é empresário e acadêmico de gestão pública na UnC (Universidade do Contestado) e secretário da executiva estadual do PMDB catarinense. Mariani tem planos de permanecer no colegiado estadual até o início do próximo ano, quando deverá retornar à Assembléia.



Mauro Mariani volta em 2006 à Alesc

Sorgato - A vaga deixada por Mariani passa a ser ocupada por Gelson Sorgato, que retorna à Assembléia com a principal meta de atuar em defesa dos agricultores familiares e do crescimento da atividade econômica do Oeste, com atenções permanentes também à classe empresarial.

"Pretendo me dedicar a ações que possam reverter em apoios, por parte dos governos federal e estadual, para agricultores e empresas que já enfrentam dificuldades", disse o deputado, que assumiu a cadeira na manhã do dia 8. (EPS)



Sorgato já ocupou vaga no Legislativo

Entrevista

Deputado Celestino Secco,
presidente da Escola do Legislativo

Marcos Aurélio Gungel

AL Notícias - Quais as principais mudanças para o biênio 2005/2007?

Cestino Secco - Reconceituar a dimensão da Escola, conduzindo-a a exercer o seu papel de ferramenta, de instrumento, de mediação entre os anseios, aspirações e necessidades das pessoas, da missão do Parlamento de aprovar os projetos de políticas públicas. Se os programas que a Escola do Legislativo vier a desenvolver puderem auxiliar na formação cultural da cidadania de nossa gente, terá produzido a mais importante mudança que se deseja.

AL Notícias - Quais seriam as frentes de ação prioritárias?

Celestino - Não vejo como a política possa melhorar como ciência social se não tivermos a efetiva presença e participação das universidades e das escolas na discussão dos conceitos da cidadania; se não pudermos integrar os objetivos da Escola do Legislativo e de seus programas com os diversos segmentos sociais organizados para que juntos possamos perseguir os melhores caminhos para a execução de políticas públicas

que sirvam para valorizar as diferenças e reduzir as desigualdades de acesso aos bens públicos; se não fizermos as parcerias com instituições como Academia Catarinense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico, Instituto de Contas do TCE, Escola de Governo, Escola da Magistratura, ONGs e Oscips que atuem e trabalhem nesta dimensão da formação cultural da cidadania; se não procurarmos desenvolver, com os parceiros, programas de inclusão, esta entendida no seu mais *lato sensu*.

AL Notícias - De que forma a Escola apresenta-se como uma ferramenta de aspirações e desejos da sociedade?

Celestino - Os parlamentos e os parlamentares têm de assumir a consciência de que seu papel político é muito maior do que apreciar e votar projetos de lei. O novo papel que a sociedade está a nos exigir é o de que sejamos cumpridores do dever constitucional e institucional de fiscalizadores da aplicação dos bens e valores públicos, que qualifiquemos o debate político na direção de aprimorar as políticas públicas e não o de desqualificar pessoas e que cumpramos o papel de mediadores para dar voz



Celestino: pelos interesses da sociedade

e vez aos que ainda não tiveram o sagração do direito de ter uma e outra.

AL Notícias - E para os servidores da Assembléia, quais são as metas?

Celestino - Os servidores precisam antes compreender este novo papel do Parlamento e para isso, além dos cursos e programas de capacitação que a Escola já realizava, vamos avançar na realização de cursos de especialização, mestrado e

doutoramento, especialmente nas áreas de fiscalização, controle e auditorias públicas, processo legislativo e a dimensão da mediação e arbitragem entre gestores públicos e desejos, aspirações e interesses da sociedade que os parlamentos devem aprofundar como seu importante papel político.

AL Notícias - A Escola do Legislativo como uma universidade aberta poderá ser realidade ainda na sua gestão?

Celestino - Eu não trabalho num projeto dessa magnitude pautado pela vaidade pessoal, para fazer constar de meu currículo profissional. Um projeto desta grandeza não pode ser perseguido como marca pessoal de quem quer que seja. Quero agilidade, ritmo veloz na concretização desta meta para que seu alcance seja uma vitória da gente catarinense, orgulho dos que vêm a política como uma boa ciência capaz de mudar as nossas vidas para melhor e não como mote e marca pessoal. Presidir a Escola do Legislativo é mais uma obrigação que acrescento às outras funções e missões que tenho como parlamentar e, mais do que isso, como homem com responsabilidade pública.

Projeto do Código do Contribuinte inicia tramitação

Estabelecer uma lei com normas gerais aplicáveis na relação do contribuinte com os agentes da administração tributária. Este é um dos objetivos do Projeto de Lei, protocolado no dia 5, na Alesc, que institui o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte do Estado de Santa Catarina.

Antes de ser protocolado, o presidente da Alesc, deputado Julio Garcia (PFL), recebeu o diretor da FIESC, Glauco José Côrte, o representante da OAB/SC, Flávio Goulart Barreto, e o diretor executivo da FCDL/SC, João Alfredo de Campos Filho. Também compareceram o líder do PFL, deputado Antônio Ceron, o presidente da Comissão de Justiça, deputado Jorginho Mello (PSDB), o líder do PTB, deputado Sérgio Godinho, o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), o líder do PP, deputado Joares Ponticelli, e também o deputado Francisco Küster (PSDB).

Segundo o presidente da Alesc, a idéia é que o projeto seja suprapartidário e tenha rápida tramitação. "Queremos que não haja paternidade individual", disse Garcia, que designou o deputado Ceron como coordenador dos trabalhos. O projeto, que é resultado de várias propostas, entre elas de parlamentares e de entidades como a Fiesc, OAB e Conselho das Federações Empresariais do Estado, objetiva, segundo Ceron, estabelecer uma convivência harmoniosa entre o contribuinte e o Fisco. "O contribuinte precisa ser tratado como cidadão e não como contraventor", afirmou.

O representante da FIESC disse que o projeto é inovador, moderno e sintonizado com o crescimento de Santa Catarina. "Quebraremos o conceito superado de que todo contribuinte é sonegador. A Assembléia Legis-

lativa conseguiu congregiar nesse projeto todas as sugestões apresentadas", destacou Côrte.

Como presidente da Comissão de Justiça, o deputado Jorginho Mello disse que o projeto terá rápida tramitação na Comissão, para que depois possa ser levado ao debate com os setores interessados, inclusive com a realização de audiências públicas.

Para o deputado Ponticelli, esse projeto "é uma oportunidade para um bom debate, para discutir como arrecadar bem, respeitando direitos e exigindo deveres do contribuinte", afirmou. O líder do governo disse que a única preocupação é quanto à iniciativa do projeto. "Precisamos ver se é do Executivo ou do Parlamento", declarou Blasi. Também os deputados Küster e Godinho destacaram a importância do projeto para Santa Catarina. (RMPP)

Programa Antonieta de Barros busca parcerias

Instituído em julho do ano passado pela Assembléia Legislativa, com o objetivo de proporcionar, através de estágio, atividades de aprendizagem e de formação profissional para 40 adolescentes de baixa renda, matriculados no ensino médio ou superior, o PAB (Programa Antonieta de Barros) busca aperfeiçoar seu trabalho.

Em reunião na manhã de terça-feira (5), o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), recebeu o delegado da DRT (Delegacia Regional do Trabalho), Odilon Silva, a coordenadora do Programa Antonieta de Barros, Marilu Lima de Oliveira e o diretor administrativo da Alesc, Nazarildo Knaben.

A preocupação, segundo a coordenadora do PAB, é proporcionar, após o estágio que dura dois

anos, uma oportunidade no mercado de trabalho. "Dentro da proposta de inclusão social, é fundamental que esse jovem possa trabalhar após o estágio", afirmou.

A manifestação foi acolhida pelo delegado da DRT, que elogiou o PAB. "É extremamente importante buscar parcerias com o setor empresarial catarinense, para beneficiar segmentos da sociedade que sofrem discriminação por diversos fatores, como a baixa renda", destacou Silva.

Uma das alternativas, segundo ele, é o programa "Primeiro Emprego", do governo federal, que concede ao empresário que contratar jovens uma subvenção anual equivalente a R\$ 1.500 paracada contratado. "Essa é uma oportunidade de inclusão social, resgatando sua cidadania". (RMPP)

Servidores discutem cargos e salários

(foto Alberto Neves)

A perda salarial acumulada quase em 80% desde 1994 e a discussão do plano de cargos e salários durante muitos anos, sem a sua efetiva implementação, motivaram audiência pública no último dia 4, promovida pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, por requerimento de seu presidente, deputado Afrânio Boppré (PT). Participaram das discussões o presidente da Comissão de Saúde, deputado Antônio Aguiar (PFL), o secretário da Administração, Marcos Vieira, a secretária-adjunta da Saúde Carmem Zanotto, o presidente do Sindisaúde (Sindicato dos Servidores da Saúde da Região da Grande Florianópolis), Jânio Silva, e servidores de diversos municípios.

A cobrança é pela agilização do processo de implementação do plano de cargos e salários, que está sendo discutido por uma comissão composta por representantes do sindicato da categoria, secretarias da Administração e da Saúde. Segundo Jânio, existe uma proposta para reestruturar a tabela de vencimentos, reduzindo de sete para cinco vezes a diferença entre o maior e menor salário da categoria. Atualmente, um servidor com piso sala-

rial inicial recebe R\$ 648 sem gratificação por insalubridade, podendo chegar a R\$ 815 com a insalubridade, mesmo valor recebido por um técnico de nível médio com 25 anos de carreira.

Com nível superior, o salário inicial é de R\$ 930 e chega a R\$ 1.097. "Não se trata apenas de defasagem salarial, mas também de achatamento da tabela. E o governo só avançou até 20% do que foi apresentado no plano", explicou Jânio. Ele alertou sobre a possibilidade de a categoria promover uma paralisação, caso não haja avanços.

O secretário da Administração, Marcos Vieira, afirmou ser "clara e evidente a necessidade da implantação do plano de cargos e salários". Também disse que será feito com a mínima repercussão financeira, devido aos limites impostos pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Vieira argumentou que, em outros segmentos, o processo iniciou com a construção de uma identidade da categoria, desvinculando esses setores do Executivo e con-

quistando assim a blindagem que possibilitará a recuperação salarial conforme a disponibilidade financeira do Estado.

"O primeiro passo é terem a identidade e num segundo momento o aumento real. É isso que nós vamos continuar conversando com os servidores. Não se pode descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Santa Catarina atravessa dificuldades financeiras", disse o secretário. (CA/SD)



Pessoal da Saúde quer implementação do plano de carreira e ameaça com paralisação

Mobilização

Jânio Silva disse que é premente o resgate da identidade do servidor, e isso significa não apenas cargos, mas o reconhecimento através dos salários. "Hoje é o início da nossa campanha efetiva pelo plano de cargos e salários. Partimos para uma mobilização permanente com efetiva negociação de valores ou haverá paralisação da atividade."

O deputado Afrânio Boppré (PT) alertou para o fato de o próximo ano ser de eleições e desta forma ser vedada a possibilidade de haver impactos salariais. "Ou é agora, ainda neste ano, ou só a partir de 2007. Entendo a preocupação do secretário, mas é preciso tratar dessa demanda. Não acredito em solução resolvida apenas na mesa de negociação. Toda pressão vem de baixo para cima, apesar da legitimidade da representação dos sindicatos. Precisamos bastante agilidade e sensibilidade para atender a esta necessidade da categoria." Boppré propôs que o assunto seja discutido diretamente com o governador em uma audiência a ser agendada.

A secretária-adjunta da Saúde, Carmen Zanotto, enfatizou que o plano de cargos e salários para os servidores da área vai regularizar uma situação no mínimo estranha, pois a jornada de trabalho oficial é de 40 horas, mas, de fato, estão cumprindo 30 horas. "Sobre a jornada de trabalho, não temos respaldo da lei e nem instrumento legal e este plano vai nos tirar da irregularidade. É fundamental a sua implantação. Temos nos reunido com o sindicato e com os secretários Marcos, da Administração, e Max Bornholdt, da Fazenda, para que possamos ver quanto significa o incremento e para que possamos implantá-lo o mais rápido possível. Isso nos tem sido cobrado pelo governador Luiz Henrique. Mas, além disso, precisamos avançar também em outra área como é o caso da insalubridade em algumas unidades. Vamos dar aos servidores o que é de direito e, com certeza, o plano vai corrigir muitas distorções", observou.

Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia e membro efetivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, o deputado Antônio Aguiar (PFL) foi taxativo ao afirmar que o plano tem que sair do papel e ser colocado em prática. "Outras categorias de servidores como os militares e professores foram beneficiados com seus planos de cargos e salários. Por que não conceder também aos trabalhadores da Saúde? Tenho certeza de que o governo vai fazer uma equiparação justa e contemplar os servidores com um reajuste compatível", destacou o parlamentar. (CA/SD)

Comissão de Finanças discute proposta de desarmamento

A instituição de um sistema de bônus e de pontuação por merecimento aos policiais civis e militares, por apreensão de armas, lei proposta pelo deputado Cesar Souza (PFL), foi a discussão dominante na Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT).

Em voto vista, o deputado Antônio Ceron (PFL) disse que a matéria é de grande relevância para o interesse público dos catarinenses, pois trata-se de um instrumento a mais nos esforços para o desarmamento da população, impedindo que muitas vidas sejam perdidas. "É um projeto que vem ao encontro da campanha nacional de desarmamento e que vai somar como mais uma alternativa para a segurança", destacou Ceron. O deputado Gelson Merísio (PFL) reforçou que o desarmamento é vital para a segurança, uma vez que não se trata somente de desarmar o bandido, mas tam-

bém o cidadão comum, que aumenta a cada dia as estatísticas de acidentes com armas de fogo. "É uma sinalização clara de que o Parlamento está preocupado com a questão do desarmamento", comenta Merísio.

Salários - Ponderando que os policiais militares já têm entre suas funções o recolhimento de armas, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) é contrário ao sistema de pontuação. "Desta forma, vamos começar a bater no varejo. Temos é que garantir melhores salários para que o policial cumpra bem suas funções", argumenta. O Projeto de Lei nº 224/04 teve pedido de vista do deputado Merísio, para buscar um entendimento sobre a matéria. Anteriormente, já havia recebido parecer contrário a tramitação, tendo em vista a manifestação da Secretaria da Segurança Pública e do Comando da Polícia Militar, que em diligência rejeitaram a idéia justificando questões de ordem orçamentária. (SD)

CPI da Escola Bolshoi está suspensa

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Por decisão da maioria de seus integrantes, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Instituto Escola Bolshoi do Brasil, denunciadas pelo Ministério Público Estadual e Federal, foi suspensa até que a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) dê o parecer sobre a legalidade de sua continuidade. A CPI é presidida pelo deputado Gelson Merísio (PFL), tendo como relator o tucano Francisco Küster e como deputados membros Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Sérgio Godinho (PTB), João Henrique Blasi (PMDB) e Paulo Eccel (PT). O deputado Dionei Walter da Silva (PT) foi o único a posicionar-se contra o encaminhamento, defendendo a tese de que a CPI estaria submetendo-se à CCJ, contrariando, conforme sua avaliação, as prerrogativas regimentais de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

A proposta era uma das alternativas apresentadas pelo deputado Blasi, líder do governo, diante da polêmica envolvendo a decisão da 4ª Vara da Justiça Federal de rejeitar a denúncia do MPPF (Ministério Público Federal), considerada como objeto da criação e instalação da Comissão. Blasi propôs a extinção da CPI ou a alternativa de aguardar o parecer da CCJ para a deliberação final pelos deputados membros.

Desde a última quinta-feira (31), após a decisão do juiz Marcos Hideo Hamasaki, que rejeitou a denúncia oferecida pelo MPPF, a continuidade dos trabalhos foi colocada em xeque por vários parlamentares, começando pelo relator, Küster, cuja avaliação é de que o fato determinante da CPI deixou de existir com a decisão judicial.

Hamasaki rejeitou a denúncia sob o argumento de que foi subsidiada com provas ilegítimas - obtidas em procedimento administrativo -, além do fato de que os acusados não foram objeto de inquérito policial e, quanto ao crime de formação de quadrilha, não descreve todas as circunstâncias do fato criminoso. Diante de várias manifestações contrárias e favoráveis, baseadas em inúmeras interpretações sobre o embasamento jurídico e regimental, sobre a legitimidade de sua continuação, o assunto foi tratado durante a terceira reunião oficial de trabalho da Comissão após a sua instalação, no final da tarde de terça-feira (5).

Antônio João Ribeiro Prestes e sua esposa, Joseney Braska Negrão, diretores da Escola, deveriam ser ouvidos na mesma reunião, mas não compareceram, justificando a ausência através de comunicação oficial, pelo fato de estarem prestando depoimentos à Justiça Federal. Convidado para falar sobre o assunto, o presidente da Fundação Cultural de Joinville e vice prefeito, Rodrigo Bornholdt (PMDB), compareceu mas não foi chamado, uma vez que sua participação foi prejudicada pela apresentação de requerimento de Blasi.

Extinto - O deputado peemedebista alegou que o fato determinado ficou extinto com a decisão judicial. Mas, no



Blasi, em primeiro plano na reunião da CPI, argumentou que CCJ poderá dissipar dúvidas e elogiou seus pares

mesmo requerimento, também apresentou a alternativa da suspensão dos trabalhos, com a remessa do documento à CCJ. Eccel, na suspeita de que a CCJ tivesse o poder de decidir sobre a continuidade da CPI, sugeriu que ao requerimento fosse acrescentado que a Comissão apenas dará o parecer sobre a legalidade ou não, mas que a deliberação final ficasse a cargo dos deputados que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aprovado pela maioria, apenas com o voto contrário de Dionei, o assunto foi encaminhado para a CCJ. A CPI volta a se reunir após o parecer. (CA)

criação da Comissão. "Parece que há uma ação quase que desesperada de abortar a CPI", concluiu. Começando por parabenizar a Escola do Teatro Bolshoi em Joinville, pelos seus cinco anos de atividade, completado há duas semanas, o deputado Francisco de Assis (PT), salientou que é preciso haver transparência na aplicação dos recursos públicos. "A escola do Bolshoi é boa para Joinville, para Santa Catarina e para o Brasil. Mas, não se pode ignorar as denúncias de irregularidades na administração da Escola", assinalou.

Assis lembrou as falas dos deputados governistas na sessão ordinária da última quinta-feira (31). "Como eles podem pedir o fim da CPI, se há 11 ações perante a Justiça Federal contra o Bolshoi?", questionou. "Além disso, as falas dos governistas não defendiam o Bolshoi, mas sim o governador. Como se a CPI estivesse questionando alguma coisa sobre o governador."

O deputado Paulo Eccel relatou que no interior do Estado comenta-se, inclusive, em colunas de jornais, que

a Comissão foi instalada com o objetivo de acabar com a Escola do Teatro Bolshoi. "Isso me lembra a CPI da Udesc, quando diziam que ela queria acabar com os cursos de educação a distância da instituição. Estão usando essa mesma tática agora", disse. "Nós queremos apenas apurar irregularidades", declarou.

Rejeição - O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) questionou o fato de o relator da CPI, Francisco Küster (PSDB), ter pedido o fim da Comissão por causa de uma decisão judicial. "São inúmeras as ações que estão tramitando na esfera federal. Não estamos contra o Bolshoi, estamos contra a corrupção", afirmou. O líder da bancada do PMDB, Manoel Mota elogiou a decisão da CPI no horário dos partidos da tarde de quarta-feira, defendendo a "condução correta" do assunto, enquanto o líder do PP, deputado Joares Ponticelli, convenceu-se de que "deve haver algo mais do que apenas desvio de verba na Escola". (MAP/MOR)

Denúncias ajuizadas perante a Justiça Federal da Subseção Judiciária de Joinville pelo Ministério Público Federal, envolvendo*:

1. Ação Cautelar Preparatória de Ação Civil Pública por improbidade administrativa;
2. Denúncia com relação às verbas oriundas de patrocínio dos Correios;
3. Ação Cautelar de Quebra de Sigilo Bancário;
4. Ação Cautelar de Busca e Apreensão de Documentos;
5. Inquérito Policial para investigar todos os demais patrocínios à Escola do Teatro Bolshoi, sejam federais ou estaduais;
6. Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas para oitiva dos profissionais russos (esfera cível);
7. Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas para oitiva dos profissionais russos (esfera criminal);
8. Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa apenas em relação às verbas oriundas dos Correios;
9. Medida Cautelar Incidental para bloqueio dos pagamentos à empresa Paramount Advisory Services em Chipre;
10. Representação para Quebra do Sigilo Bancário do Banco do Brasil e do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil;
11. Medida Cautelar de Quebra do Sigilo Fiscal dos envolvidos (pessoas físicas e jurídicas).

*A relação foi citada pelo deputado Dentinho em Plenário e entregue à imprensa.

Em Plenário

A repercussão, tanto da possibilidade de sua extinção, quanto da decisão dos integrantes da CPI, ocupou generosos espaços nos discursos dos parlamentares nas sessões ordinárias dos dias 5 e 6.

"Parece que há um esforço por parte de muitos no sentido de interpretar de maneira conveniente o parecer do juiz da 4ª Vara Federal de Joinville, Marcos Hideo Hamasaki de que ao Ministério Público não compete realizar investigação, para dar como líquido e certo o fim do tema balé Bolshoi", avaliou o petista Afrânio Boppré, na terça-feira (5). O deputado lembrou que o juiz apenas entendeu que não compete ao MP investigar o assunto e ponderou que não é possível apoiar o uso de um projeto de alcance social para fazer deturpação e desvios de sentido ético.

Dizendo-se estarrrecido com a "tentativa de abafar a CPI", o deputado Joares Ponticelli, líder do PP, considerou que desde o ano passado havia movimento para evitar a

Vetos

Polêmica sobre tarifa na telefonia

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Autor do Projeto de Lei nº 378/04, que vedava a cobrança da assinatura básica pelas empresas de telefonia e foi vetado integralmente pelo Executivo - que o considerou inconstitucional -, o líder da bancada do PT, deputado Paulo Eccel, argumentou que esta seria uma ótima oportunidade de o Parlamento catarinense iniciar a derrubada desse tipo de cobrança. Segundo ele, apenas o Distrito Federal conseguiu "livrar a população dessa cobrança, derrubando o veto do governador". "Se derrubarmos este veto, poderemos promover um efeito dominó, que pode se estender a todas as casas legislativas do país", argumentou Eccel, que também comentou que o projeto teve um grande apoio popular, através de um abaixo-assinado - que passou em vários municípios do Estado - e várias moções de apoio a

derrubada do veto, encaminhada por várias câmaras de vereadores.

Coube ao líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), explicar os motivos pelos quais a matéria foi vetada. "É uma obrigação, constitucionalmente imposta ao governador, vetar projetos que ferem a Constituição Federal, assim como ocorreu com o ex-governador Esperidião Amin, que em 2001 também vetou um projeto referente à telefonia, considerado inconstitucional", informou. "O projeto voltou a esta Casa e o Parlamento derrubou o veto. Entretanto, Amin entrou com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e conseguiu derrubar a lei. Isso deixa claro que esta não é uma questão política e sim que não é possível, em nenhum governo, simplesmente, rasgar a Constituição Federal", completou. (TK)



Eccel levou ao Plenário os abaixo-assinados coletados em todo o Estado, mas o veto foi mantido

Vetos derrubados

- **Total ao PL nº112/03**, de autoria do deputado Antônio Ceron (PFL). Desta forma, o governo não poderá permitir a reincidência de ICMS em produtos recicláveis feitos por cooperativas sem fins lucrativos.

O veto foi derrubado com os votos de 24 parlamentares. Seis foram contrários. De acordo com Ceron, muitas pessoas estão sustentando suas famílias trabalhando na industrialização e comercialização de produtos recicláveis e organizadas em cooperativas, muitas sem fins lucrativos. Várias estão sobrecarregadas com uma tributação injusta do Estado.



- **Total ao PL nº133/04**, de autoria do deputado Francisco Assis (PT). Com isso, passa a ser obrigatória a realização de exames de identificação de catarata congênita, nos recém-nascidos, o teste do olhinho. A derrubada deste veto foi comemorada nas galerias.

O governo havia vetado com o argumento de que seria inconstitucional, por representar aumento de gastos para os cofres públicos, o que, desta forma, determinaria que a iniciativa deveria ser do Executivo. "A proposta não gera gastos, pois não mexerá na estrutura da secretaria da Saúde, apenas cria um projeto de prevenção dentro das atribuições daquela repartição", explicou o petista.



- **Parcial ao PLC nº12/04**, de autoria do deputado Romildo Titon (PMDB), que trata de concessão de subvenções sociais às associações de bombeiros comunitários e voluntários. O inciso 4º, do Artigo 1º, foi vetado por ser inconstitucional. Determina que as associações de bombeiros que receberem exclusivamente o valor mínimo previsto na lei deverão perceber os valores obrigatoriamente antes das associações contempladas com valores superiores. Segundo o deputado Titon, esse projeto é apenas uma garantia de que todos vão receber pelo menos o mínimo assegurado.



Vetos mantidos

- **Total ao PL nº114/04**, de autoria do deputado Sérgio Godinho (PTB), que proibia a energização de cercas ligadas diretamente na rede elétrica.

- **Total ao PL nº116/03**, do deputado Jorginho Mello (PSDB), que autorizava empresas públicas ou privadas a gravarem sua logomarca em uniforme, mochila, pasta e/ou material escolar doado a aluno de escola pública municipal ou estadual.

- **Total ao PL nº134/04**, de autoria do deputado Ronaldo Benedet (PMDB), que denominava de Onílio Koch o ginásio poliesportivo do Colégio Estadual Dom Joaquim, em Braço do Norte.

- **Total ao PL nº146/04**, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT). Tornava obrigatória a fixação de placas informativas em obras total ou parcialmente custeadas com recursos públicos.

- **Total ao PL nº246/04**, de autoria do deputado José Paulo Serafim (PT), que isentava o deficiente físico de ICMS na aquisição de veículo automotor.

- **Total ao PL nº285/03**, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB). A matéria autorizava o Poder Executivo a instituir o serviço de psicologia escolar na rede pública estadual de ensino fundamental e médio.

- **Total ao PL nº301/04**, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), que dispunha sobre aplicação do Estatuto do Idoso em Santa Catarina.

- **Total ao PL nº340/04**, de autoria do deputado Pedro Baldissera - Padre Pedro (PT), que instituiu o Programa de Recuperação e Proteção das Matas Ciliares.

- **Total ao PL nº378/04**, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), que vedava cobrança das tarifas de assinatura básica pelas concessionárias de telefonia.

- **Total ao PL nº386/04**, do deputado Jorginho Mello (PSDB), que assegurava a gratuidade na emissão da carteira de identidade àqueles que em decorrência de haverem se alfabetizado solicitarem a segunda via do documento.

- **Parcial ao PL nº395/04**, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), que dispunha sobre a comercialização de produtos combustíveis ao consumidor final.

- **Total ao PL nº396/04**, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), que alterava o Artigo 5º da Lei nº 7.543, de 1988, que instituiu o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores).

- **Total ao PL nº399/03**, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), que determinava a obrigatoriedade de processo de esterilização ambiental em locais de acesso público, climatizados ou não, e de tratamento de saúde.

- **Total ao PL nº462/04**, do deputado Jorginho Mello (PSDB), que estabelecia conceitos para o desporto catarinense e atribuições do Poder Público no âmbito desportivo do Estado.

- **Total ao PL nº465/04**, de autoria do deputado Afrânio Boppré (PT), que assegurava o direito de privacidade aos usuários do serviço de telefonia no que tange ao recebimento de ofertas de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica.

- **Total ao PL nº496/03**, de autoria da deputada Odete de Jesus (PL), que tornava obrigatória a fixação, nas recepções dos hospitais, das cartilhas de direito do paciente.

- **Total ao PLC nº21/04**, de procedência governamental, que transferia vagas do quadro de praças combatentes para o quadro especial de cabos e terceiros-sargentos da PM de SC.

Ação da PM em Campos Novos

A libertação dos seis agricultores integrantes do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), presos no dia 12 de março pela Polícia Militar, em Campos Novos, no Meio-oeste do Estado, foi discutida na manhã de quarta-feira (6) pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Amparo à Família e à Mulher, presidida pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB).

Participaram o secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet (PMDB), o secretário-adjunto, coronel Dejair Vicente Pinto, e representantes do MAB, além dos integrantes da Comissão, deputados Reno Caramori (PP), Ana Paula Lima (PT) e Francisco de Assis (PT), que decidiram por uma audiência pública, com data e local ainda a ser definido. Para essa reunião, conjunta com a Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), serão convidados representantes do MAB, da empresa Enercan, da Fatma, do Ministério de Minas e Energia e o Procurador Geral em Lages, Nazareno Jorgealém Wolff, que acompanha o caso.

Segundo informações de André Sartori, representante do MAB, os agricultores já foram libertados, entretanto, quatro ainda estão com um mandado de



Sartori (ao microfone) reforçou denúncias. Benedet (de braços cruzados) defendeu Polícia Militar

prisão, mas não foram encontrados pela Polícia Militar e aguardam o resultado do pedido de *habeas corpus*. Gonçalves salientou que o caso chamou a atenção da população. "As testemunhas entenderam que a ação da PM foi muito violenta", o que acabou motivando a elaboração de um relatório, pela deputada federal Luci Choinacki (PT), a pedido da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos De-

putados, denunciando os maus-tratos sofridos pelos agricultores. Um menino de 7 anos foi preso junto com o pai e outro agricultor de 71 anos.

Benedet esclareceu que a PM segue duas orientações, combater o crime com firmeza e em movimentos sociais proteger ambas as partes. "Os problemas foram com a Polícia Rodoviária Federal e não conosco". Benedet lembrou da inva-

são de terra que ocorreu em Abelardo Luz, quando um fazendeiro foi morto, em outubro do ano passado. "Fomos para lá negociar e deu tudo certo. A polícia não tomou partido, somente garantiu a segurança do MAB e dos servidores da empresa". Ele acrescentou que foi informado sobre o mandato de prisão dos agricultores, mas como o pedido era judicial, não pode tomar nenhuma atitude.

"Conversei com o delegado de Campos Novos para que os agricultores fossem procurados somente na segunda-feira, já que o pedido foi impetrado na sexta-feira, mas não foi possível, pois a juíza determinou que os agricultores fossem presos, senão, ele é quem seria. A PM só estava cumprindo ordens", contou.

Sobre abusos cometidos pelos policiais, questionamento feito por Assis, Benedet explicou que, quanto à prisão do menino o que tinha chegado até ele é de que ele não tinha onde ficar. "Quanto à ação da PM, eles são treinados para agirem assim", resumiu, referindo-se à destruição das portas das residências dos agricultores. Mas, prometeu abertura de sindicância caso tenha havido excessos. Sartori disse que os agricultores são obrigados a entregar suas terras por preços irrisórios. Quando não aceiam, a decisão é judicial. (DAB)

CCJ ouve comunidade de Palhoça

(foto Solon Soares)

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), ouviu na manhã de terça-feira (5) a manifestação da professora Bianca Andrade, representando a comunidade escolar da Escola Estadual Ivo Silveira, do município de Palhoça. A escola tem posição contrária ao Projeto de Lei nº 466/02, de autoria do Executivo, autorizando doação ao município de parte do terreno onde está instalada a escola, para implantação de um terminal urbano rodoviário municipal.

Segundo Bianca, que estava acompanhada de diversos alunos e outros professores, a própria prefeitura já analisou a possibilidade de escolha de outro local. A professora alertou ainda que a área tem em suas proximidades uma unidade hospitalar e que o barulho e o movimento gerados a partir do movimento do terminal não condiz com as atividades de educação e de atendimento à saúde.

O relator da matéria, deputado João Henrique Blasi (PMDB), assumiu compromisso de levá-la à apreciação da Comissão no próximo dia 12, quando já terá concluído contatos com outras pessoas envolvidas na discussão. O deputado Joares Ponticelli (PP) lembra que já havia relatado anteriormente este projeto de lei, que acabou sendo arquivado. Ele assumiu, assim como os parlamentares do PT, Vanio dos Santos e Dionei Walter da Silva, e o deputado Sérgio Godinho (PTB), que votarão novamente pelo arquivamento da proposição.



Alunos acompanharam manifestação de Bianca (ao lado de Jorginho Mello)

O relator da matéria, deputado João Henrique Blasi (PMDB), assumiu compromisso de levá-la à apreciação da Comissão no próximo dia 12, quando já terá concluído contatos com outras pessoas envolvidas na discussão. O deputado Joares Ponticelli (PP) lembra que já havia relatado anteriormente este projeto de lei, que acabou sendo arquivado. Ele assumiu, assim como os parlamentares do PT, Vanio dos Santos e Dionei Walter da Silva, e o deputado Sérgio Godinho (PTB), que votarão novamente pelo arquivamento da proposição.

BR-470

Cobrança de pedágio prevista nos projetos

Não há qualquer divergência sobre a necessidade emergencial de duplicação desta rodovia, conforme salientou o presidente da Comissão de Transportes, deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), proponente da audiência pública, ao abrir o debate. A rodovia tem 335 quilômetros, de Navegantes até a divisa com o Rio Grande do Sul, e é considerada importante corredor de escoamento da produção catarinense.

Foram apresentados dois modelos de duplicação. Um pela FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina), através do diretor de Relações Industriais, Henry Quaresma, propondo a duplicação com recursos públicos e participação da iniciativa privada. Outro do presidente da Fetranesc (Federação dos Transportadores de Cargas de Santa Catarina), Pedro Lopes, e faz o processo inverso: construção pela iniciativa privada com participação de recursos públicos. Os dois modelos adotam a cobrança de pedágio.

"Só existe proposta com pagamento de pedágio, o que

nos faz concluir que a União não tem recursos", declarou o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP). Paulo Eccel (PT) disse não estar convencido sobre o assunto, enquanto Joares Ponticelli, líder do PP, relacionou a cobrança de pedágio com a política no Estado. Para o deputado Nelson Goetten (PFL), "houve avanço (na questão do pedágio), mas gostaria que o governo federal assumisse a responsabilidade que é dele". O pepebista Reno Caramori (PP), vice-presidente da Comissão, ponderou sobre a possibilidade de se obter um termo que mostre a capacidade de pagamento de pedágios que não inviabilize os motoristas. O governo não pode entregar para a iniciativa privada o que é dele."

O coordenador geral do DNIT/SC (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes), João José dos Santos, disse que no próximo dia 13, em Brasília, no Ministério dos Transportes, haverá encaminhamento sobre qual modelo será adotado na duplicação da rodovia. (RMPP)

UCE: estudantes não chegam a consenso

O presidente eleito na reunião marcada para o parque de eventos da Marejada, da chapa *O Tempo não Pára*, Tiago Andrino, afirmou que a UCE é uma união, e não um partido. "Por isso queria entender por que o deputado Joares Ponticelli (PP), na tarde de ontem (5) disse que os partidários do governo estavam por trás de tudo. Não foi o que aconteceu realmente e estamos aqui para esclarecer." Tiago referiu-se ao ofício que Ponticelli leu na plenária de terça-feira (5), dizendo que estudantes da USJ/PCdoB e PMDB, patrocinados pelo governo do Estado, organizaram um golpe para impedir a eleição, partindo para a agressão verbal e física.

Na mesma sessão, os deputados Dionei Walter da Silva (PT), Francisco

Küster (PSDB) e Antônio Ceron (PFL) declararam seu apoio à chapa *O Tempo não Pára*. Um dia depois, os deputados Onofre Agostini (PFL) e Sérgio Godinho (PTB) fizeram o mesmo em Plenário.

Segundo Tiago, foram emitidos 363 crachás para votação e, por 172 votos, a chapa *O Tempo não Pára* foi a eleita, contra três votos na chapa adversária. "Foi um congresso tumultuado e difícil. Então, eles simplesmente saíram do congresso, fizeram uma reunião ilegal no estacionamento da Univali e elegeram outra chapa. Nós estávamos numa reunião que foi marcada e convocada. Uma reunião legal e pluripartidária. Não temos nada a ver com o governo, isso é falso", salientou.

O outro presidente eleito, Carlos Eduardo Souza, disse que representantes de sua chapa foram agredidos durante o credenciamento e que a nova diretoria vai ser decidida na Justiça. "O mesmo tumulto que temos aqui, aconteceu lá. E se é dessa forma que eles querem, é assim que vai ser. Vamos discutir na Justiça", declarou Carlos Eduardo.

Questionado sobre o discurso de ontem, pela chapa eleita no 31º Congresso da UCE, Ponticelli disse que ouviu o outro lado e sua opinião deve ser respeitada. "Lamento que tudo isso esteja acontecendo e me envergonho, como estudante que sou, de estar assistindo a tudo isso. Quem perde com tudo isso é a UCE", concluiu. (GMP)

Centenário



Genésio entrou com projeto

Faltando três anos para completar seu centenário, a Sociedade Musical Lira Tubaronense, fundada no dia 14 de novembro de 1908, tem nova diretoria composta de 16 membros. O registro foi feito pelo deputado estadual Genésio Goulart (PMDB), informando que há duas semanas, a professora Faída Denise Rodrigues da Silva foi eleita por aclamação para presidir a entidade nos próximos dois anos, tempo em que começarão os preparativos para as festividades dos 100 anos da mais tradicional banda musical da região.

Genésio Goulart apresentou, nesta semana, projeto transformando a Sociedade Musical Lira Tubaronense em entidade de utilidade pública estadual. Em 20 de novembro de 1984, o então prefeito de Tubarão, Miguel Ximenes, assinou a lei Municipal nº 1.131/84, considerando a lira de utilidade pública no âmbito municipal. Com a transformação em entidade sem fins lucrativos no Estado, a Lira estará apta a receber subvenções. (JC)

2ª Fenabrito

A 2ª Fenabrito (Festa Nacional do Cabrito), que acontecerá nos dias 8, 9 e 10 deste mês, no Parque de Exposições Waldemar Pizani, em Monte Carlo, foi anunciada pelo deputado Romildo Titon (PMDB) na tribuna, na tarde de terça-feira (5). A primeira edição da festa, lembrou o deputado, foi um sucesso. "A segunda será ainda melhor. É o município lutando pelo desenvolvimento da região e apresentando uma cultura que está despertando em todo o Estado". Titon aproveitou para convidar a todos os catarinenses, para vão a Monte Carlo e participem da festa.

Neste ano, será apresentado e leiloado um grande rebanho de cabritos, num total de 500 animais, a R\$ 20 mil. Serão apresentados pratos típicos à base de carne de cabrito, rodeios, shows nacionais e mais de 80 expositores de produtos variados, que vão de animais a automóveis. Também serão apresentados os revolucionários feitos genéticos, além do principal prato típico que é o "cabrito no tonel". São esperadas mais de 50 mil pessoas na festa. Os deputados Gelson Merísio (PFL) e Antônio Ceron (PFL) também falaram sobre a Fenabrito. (GMP)



Titon convidou a todos para a Fenabrito

Aeroporto

Incentivador da construção do aeroporto em Curitiba, inaugurado no último dia 30, o deputado Onofre Agostini (PFL), parabenizou a região do Planalto Serrano durante a sessão plenária da manhã do dia 31 (quinta-feira). O aeroporto tem uma pista de 1.400 metros de extensão, 30 metros de largura e capacidade para aeronaves de até 80 toneladas, como o Fokker 100. "Foram investimentos de R\$ 5 milhões que ajudarão, e muito, no crescimento do município. Ainda faltam algumas coisas como o balizamento e o hangar, mas foi uma conquista do povo da região serrana que vai atender as exigências empresariais", disse Onofre.

Também classificando a obra como "vitória da população", o deputado Romildo Titon (PMDB) destacou a luta do deputado Onofre. "Não posso deixar de destacar a sua luta, o seu trabalho, que foi de extre-



Agostini foi grande incentivador da obra

ma importância para a conclusão da obra, que ficará marcada na história do município e que deixou a alegria estampada no rosto do povo", assinalou. (GMP)

Papel do parlamentar

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), questionou o trabalho dos deputados na Assembléia na sessão plenária da manhã de quinta-feira, 31. O parlamentar leu uma nota da coluna do jornalista Moacir Pereira, no jornal *A Notícia* do mesmo dia, onde ele afirmava que o governador do Estado anunciou a assinatura de um decreto cedendo o edifício da secretaria da Fazenda, ao lado da Catedral Metropolitana, para a instalação da prefeitura de Florianópolis. "Isso é um absurdo. Eu me questiono agora sobre qual o papel do deputado.

Por que estamos aqui?"

Segundo ele, de acordo com o parágrafo 1º do Artigo 12 da Constituição Estadual, a doação ou utilização gratuita de bens imóveis depende de prévia autorização legislativa. "Se a Constituição Estadual diz isso muito claro, por que não é respeitada? O próprio relator do projeto retirou-o da pauta. Que má imagem temos do Parlamento", completou Vieirão. O projeto mencionado pelo deputado é o de número 14/05, de autoria do Executivo, que autoriza a cessão do uso de imóvel para a instalação da prefeitura de Florianópolis.

Fiscalizar - Um dia antes (30), o também progressista deputado Celestino Secco (PP) abordou em seu discurso da tribuna, as diversas funções e obrigações dos legisladores. Propor projetos ou aprovar leis é missão dos deputados, mas não a única. Outro dever dos parlamentares, conforme assinalou Celestino, é fiscalizar o cumprimento da legislação e a execução dos serviços públicos referentes a áreas como educação, saúde e segurança. "Também temos o papel de fazer a mediação entre as ações públicas e os anseios, desejos e as necessidades do cidadão. O exercício dessas três missões é o verdadeiro sentido da ética na política", salientou. (GMP/MAP)

Morte do Papa

O falecimento do papa João Paulo II, no dia 2 de abril (sábado), foi registrado com tristeza durante a sessão da tarde de terça-feira (5). O deputado Francisco Küster (PSDB) lembrou que, desde o anúncio da morte do papa, líderes de todo o mundo manifestaram o respeito e reconhecimento ao chamado "Papa da paz". Por todos os continentes, os pronunciamentos destacaram a importância que teve João Paulo II no combate à marginalidade e à pobreza em todo o mundo. O parlamentar ressaltou o desejo de que o próximo líder da Igreja Católica tenha a mesma visão humanista e o firme propósito de reduzir as desigualdades sociais de todos os povos do planeta.

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, disse que além de líder dos católicos João Paulo II foi um dos maiores estadistas que o mundo já conheceu. "Os católicos perderam seu líder espiritual e a humanidade perdeu um defensor da paz", lamentou.

Padre, o deputado petista Pedro Baldissera fez um resgate da trajetória de Karol Wojtyła, responsável pelo reconhecimento oficial pela Igreja Católica de erros cometidos em 2 mil anos, como a discriminação da mulher, a Inquisição, a catequização forçada dos índios e a omissão durante a 2ª Guerra frente ao holocausto. Genésio Goulart (PMDB), através de requerimento, enviou condolências aos católicos da Diocese de Tubarão. (JC/MAP/MOR)

Reajuste e negligência

O percentual de 7,39% de reajuste sobre 15 mil medicamentos, a maioria de uso contínuo, efetivado na quinta-feira, 7, motivou a deputada Odete de Jesus (PL) a convocar seus pares a lançar um manifesto de repúdio ao novo aumento. "Não é possível que estejamos assistindo a esse novo aumento nos medicamentos sem uma postura de revolta. O laboratório norte-americano Pfizer, maior indústria farmacêutica do mundo, registrou lucro líquido de 11,3 bilhões de dólares em 2004. O varejo no Brasil fechou 2004 com faturamento de R\$ 20 bilhões. Os números mostram que os lucros desse grande mercado estão altos demais e que este novo aumento no preço não é honesto e nem decente", finalizou.

O impacto desse novo aumento, enfatizou a parlamentar, será maior para os aposentados, cujos benefícios serão reajustados em pouco mais que 5% e somente em maio. As duas correções dependem de índices diferentes. O aumento de preços tem base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), da Fundação Getúlio Vargas, que nos últimos 12 meses ficou em 7,39%. Já as aposentadorias são reajustadas com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que nos últimos 12 meses teve um acumulado de 5,91%. "Muitos aposentados chegam ao fim de uma vida de trabalho, vendo suas aposentadorias consumidas pela multiplicação de gastos com a saúde, isso quando aca-



Odete quer explicações do governo

bam ficando sem se tratar", completou.

Negligência - Na sessão plenária do dia 31, a parlamentar denunciou da tribuna, um caso de negligência médica na Maternidade Carmela Dutra, na capital, que resultou no óbito de uma criança e problemas de saúde para a mãe, com risco de morte. "Vamos levar o caso para a Comissão de Saúde e para a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Amparo à Família e à Mulher, e procurar o secretário da Saúde, Dado Cherem. Também o governador vai saber disso", sentenciou. (CA/DAB/TK)

Violência no Sul

Considerando o alto índice de violência que as cidades brasileiras vêm enfrentando nos dias atuais, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) ocupou a tribuna na tarde de terça-feira (5), para falar dos índices apresentados em uma pesquisa realizada pela revista *Época*, ressaltando o baixo índice verificado na região Sul. Segundo o parlamentar, a violência registra de forma negativa a imagem das cidades, gerando prejuízo para alguns setores, porém, ele acredita que Santa Catarina tem motivos de sobra para comemorar.

"As cidades de Maringá, no Paraná, e de Joinville, são consideradas as mais seguras para morar, com uma média anual de homicídios de 7,94% e 8,03%, respectivamente." Em aparte, o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) declarou que gostaria muito de acreditar nos números apresentados, mas disse que fica impossível quando se depara com situações como a do bairro Jardim Paraíso. "Localizado em Joinville, a maior cidade do Estado, teve implantado o toque de recolher às 23 horas. O bairro representa 5% da população da cidade e é lamentável que a cidade esteja passando por isso", afirmou. (TM)

PP quer derrubar o tarifaço

Os deputados progressistas Joares Ponticelli e Antônio Carlos Vieira - Vieirão informaram, em entrevista coletiva, que a bancada do partido ingressou no dia 5 com duas ações, a fim de impedir o aumento de encargos de serviços públicos, batizado por eles de "tarifaço".

Os parlamentares encaminharam ao Tribunal de Justiça uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), pedindo a derrubada dessa cobrança através de liminar. Também protocolaram, na Assembléia Legislativa, projeto de lei que visa revogar, integralmente, a Lei nº 13.248, de 29 de dezembro de 2004, que aumentou as taxas estaduais.

Segundo Ponticelli, toda lei que re-

dunde em tributos ou impostos em favor do governo é obrigada a ser publicada, no *Diário Oficial do Estado*, um ano antes da data estipulada para sua cobrança. "A Lei nº 13.248/04 só foi publicada no DO em 12 de janeiro deste ano. Isso justifica a Adin, pois, por lei, essa cobrança só poderá ser



Para Vieirão, está faltando coerência



Ponticelli: aumentos chegam a 300%

efetuada a partir de janeiro de 2006, quando fizer um ano de sua publicação."

Quanto ao projeto de lei que revoga a Lei nº 13.248, Ponticelli considera absurdo o governo oferecer apenas 1% de aumento aos seus servidores e apresentar, em alguns casos, aumento de 300% em encargos de servi-

ços públicos. "Uma carteira de identidade, cuja primeira via antes era gratuita, agora custa R\$ 11. A segunda via, que antes custava R\$ 4, agora aumentou para R\$ 18. Isso, sem falar do licenciamento de carros, cuja tarifa pulou de R\$ 13 para R\$ 42", informou. Vieirão cobrou de seus colegas uma postura mais coerente. "Muitos que aprovaram a Lei 13.248 se manifestaram contra a MP 232.

Aumento é aumento e não é porque um fere apenas a camada mais baixa da população que os parlamentares não devem questionar", completou. Os progressistas querem revogar toda a lei, mas disseram que estão dispostos a discutir buscar uma solução compatível com a realidade do Estado. (TK)

Viagem do governador à França

Foi aprovado durante a sessão plenária do dia 6, o Projeto de Decreto Legislativo 4/05, concedendo licença ao governador do Estado para ausentar-se do país entre os dias 8 e 16 deste mês, com destino à França.

O motivo da viagem é a participação de Luiz Henrique da Silveira no Fórum Econômico Brasil - França, que será realizado no dia 14 de abril como parte do programa *Ano do Brasil na França*. Segundo o governo, o evento é de maior importância para Santa Catarina porque a França é o maior investidor estrangeiro no Estado. Na viagem, o governador também participará de encontro com autoridades financeiras francesas, organizado pelo Badesc (Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina) e assinará um contrato de cooperação entre o porto do Havre e o de São Francisco do Sul. (GMP)

Promoção para oficiais

Projeto de lei, de origem do Executivo, foi apresentado pelo deputado Gelson Merísio (PFL), na sessão ordinária de terça-feira (5). A proposta cria possibilidades de promoção automática aos oficiais da Polícia Militar do Estado.

“Ontem (4), estive em Chapecó numa reunião com os oficiais da PM, quando apresentaram as suas reivindicações e pediram para que eu os representasse aqui na Alesc. O que move as pessoas em busca de crescimento? Essa categoria não tem um horizonte, o que acaba diminuindo as suas expectativas.” (DAB)



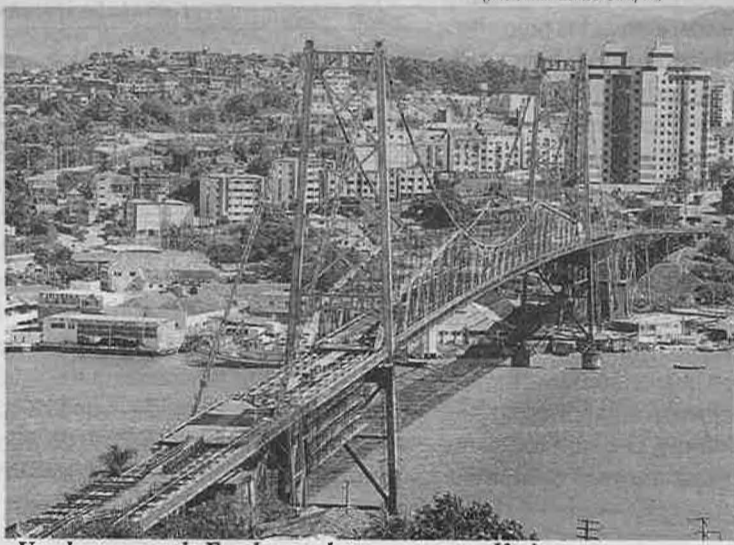
Merísio reuniu-se com oficiais da PM

Restauração da ponte Hercílio Luz

(foto Jonas Lemas Campos)

A restauração com recursos do Fundo Social da ponte Hercílio Luz, primeira ligação entre a Ilha de Santa Catarina e o Continente, anunciada no dia 30 pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), esteve no centro dos debates na sessão plenária da mesma tarde. A ponte, inaugurada em 13 de maio de 1926, foi desativada pela primeira vez em 1982 e reaberta algumas vezes. Mas desde julho de 1990 está interditada em definitivo, tanto para a tráfego de veículos como para o de pedestres. A reforma deverá durar quatro anos.

A deputada Odete de Jesus (PL) parabenizou o governo por usar recursos do recém-criado Fundo Social nas obras de recuperação da ponte. O deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo, declarou que a ponte, além de ser mantida como um ícone cultural e histórico, será reintegrada ao sistema viário da capital. “Pesquisa realizada há alguns anos pela RBS TV mostrou que



Uso de recursos do Fundo nas obras provocou polêmica

a ponte Hercílio Luz é considerada o maior símbolo de Santa Catarina”, lembrou. Outra obra que deverá receber verbas do Fundo Social é a de restauração da Catedral Metropolitana de Florianópolis, comentou.

Vieirão contesta – O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) contestou o uso de recursos do Fundo Social nas obras de recuperação da ponte, principalmente porque sua constitu-

tividade está sendo questionada. A maior parte dos recursos do Fundo vem de recursos provenientes do perdão de metade da dívida em ICMS de empresas com Estado. “Se a justiça declarar que não é constitucional, vão dizer que nós, da oposição, que questionamos a legalidade do Fundo, é que não queremos a revitalização da ponte e a execução de outras obras”, disse Vieirão. “Não queremos ser acusados disso depois”, completou. (MAP)

Furacão Catarina

O aniversário de um ano da passagem do furacão Catarina, que atingiu Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi lembrado pelo deputado Joares Ponticelli (PP), na tarde do último dia 30. O fenômeno, que deixou milhões em prejuízo, quatro mortos, sete desaparecidos e mais de 20 mil pessoas desalojadas, ainda causa muitos problemas.

A tragédia, afirmou,

ainda não foi esquecida pela população que convive com o medo de ver de novo um furacão. Muitos dos atingidos aguardam pelo auxílio do governo e esperam a verba há um ano, morando de favor em casas de parentes e amigos. A demora para a liberação dos recursos é devida à burocracia, que é muito exigente. “Estamos falando de um ano sem auxílio aos desabrigados. Muitos desses moradores ainda não obtive-

ram ajuda nenhuma. Onde está o governo numa hora dessas?”, questionou Ponticelli.

O furacão atingiu Santa Catarina na madrugada do dia 28 de março de 2004, com rajadas de vento de até 180 quilômetros horários, e passou por 40 municípios da região Sul, atingindo mais de 32 mil casas e deixando pelo menos mil residências destruídas. (GMP/MAP)

Requerimentos

Em 9/03

- Ao superintendente do Ibama, foi remetido expediente de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), solicitando a doação, ao município de Florianópolis de imóvel de propriedade da União em que está instalado o Parque Ecológico do Córrego Grande. Ao governador do Estado, requerimento pedindo cópias do contrato nº06/2005, e do processo licitatório - tomada de preços nº 067/2004.

- De autoria do deputado Cesar Souza (PFL), foram deferidos e remetidos os seguintes expedientes: ao governador do Estado, ao secretário da Infra-estrutura ao diretor do Deinfra, e ao coordenador da 16ª UNIT/DNIT, solicitando que os atuais guard-rails metálicos das pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos, em Florianópolis, sejam substituídos por muretas de concreto. Também ao governador e ao secretário da Saúde, solicitando medidas visando eliminar os graves problemas nos atendimentos que ocorrem nos postos, ambulatórios e policlínicas pertencentes ao SUS. Ao gerente do Núcleo de Transportes da prefeitura de Florianópolis, o parlamentar pediu a agilização da confecção de cadastro e venda de cartão do estudante.

- De autoria da bancada do PP, expediente ao secretário da Comunicação, solicitando cópia dos memoriais descritivos das campanhas intituladas “Santa Catarina dois anos de descentralização” e “Santa Catarina em ação”, bem como cópia do contrato de publicidade da concorrência pública n. 01/2003/SEI.

- O deputado Jorginho Mello (PSDB) requereu o envio de expediente ao Ibama, à Câmara dos Deputados, ao Senado e ao presidente da República, posicionando-se contra a Portaria nº 44-N, do IBAMA, e sugere melhorias.

- Ao secretário estadual da Infra-estrutura, expedientes de autoria do deputado José Paulo Serafim (PT), solicitam a instalação de passarela de pedestres na SC 403, na localidade de Vargem do Bom Jesus, em Florianópolis; e instalação de redutores de velocidade na SC 446, em Urussanga.

- O líder da bancada petista, deputado Paulo Roberto Eccel, teve deferidos e remetidos os seguintes expedientes: ao secretário da Saúde, solicitando recursos para melhorias e aquisição de material de consumo e de medicamentos para o Hospital São Bráz, de Porto União; ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, pedindo a retomada dos postos credenciados e a prorrogação do prazo para requerer o Registro Nacional Transportador de Carga. O Complexo Hospitalar Nereu Ramos consta de três expedientes requeridos por Eccel: aos secretários da Infra-estrutura e da Saúde, requerendo a continuação da construção do muro de entorno, ao presidente da Celesc, solicitando a iluminação da praça social e ao governador do Estado e ao secretário da Saúde, solicitando a construção de alojamentos para familiares de internados no Hospital.

- De autoria do deputado Reno Caramori (PP), foi deferido e remetido expediente ao governador, solicitando a pavimentação do trecho da Rodovia SC-451, que liga Ouro Verde a Rodovia SC-467.

Em 15/03

- O peemedebista Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), teve deferidos os seguintes expedientes: ao presidente da Casan, pedindo a viabilização do projeto para captação de água da localidade de Lajeado Grande, de Pouso Redondo; ao governador e ao secretário da Educação, solicitando a transformação da Escola de Ensino Fundamental Ruizélio Cabral, de Balneário Camboriú, em Escola de Ensino Médio; ao ministro do Desenvolvimento Agrário e à bancada catarinense no Congresso Nacional, solicitando medidas quanto à importação da cebola Argentina.

- O deputado Sérgio Godinho (PSDB) requereu envio de expediente ao diretor-presidente da Celesc, solicitando informações sobre a produção de energia elétrica da Usina Caveiras, de Lages.

- Ao secretário da Segurança Pública, o deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), pediu informações sobre o fechamento de estabelecimentos comerciais em Joinville. Outro requerimento do petista, ao governador, solicita informações referentes ao Plano de Saúde dos servidores estaduais. Também foi deferido envio de expediente parabenizando o presidente da Empresa Dölher S/A, pelo lançamento de produtos e iniciativas na área de gestão ambiental.

Agricultura familiar em Guaramirim

Denise Arruda Bortolon

Guaramirim, situada na região norte de Santa Catarina, a 180 quilômetros de Florianópolis, tem sua economia baseada na agricultura, especialmente o cultivo de arroz, verduras e banana. Por este motivo foi escolhida para sediar o seminário sobre agregação de va-

lores na agricultura familiar, na tarde de quinta-feira (31), no Parque de Exposições Perfeito Manoel Aguiar. O evento foi realizado pela Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Reno Camarori (PP), atendendo requerimento do seu vice-presidente, deputado Dionei Walter da Silva (PT).

As principais reivindicações

dos agricultores, apresentadas pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaramirim, Antônio Albano, incluem o licenciamento ambiental para a rizicultura; a duplicação de recursos para custeio e investimentos nas linhas do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e Proger Rural (Programa de Geração de Renda Rural); recursos para reflorestamento, cultivo da palmeira real, piscicultura e a infra-estrutura nas propriedades; prorrogação das dívidas de custeio e investimentos aos agricultores com dificuldades em honrar seus compromissos, agravadas pelo alto custo da produção, a baixa produtividade do arroz e o recuo dos preços no mercado.

Também pedem um campo experimental de pesquisa para a banana e o arroz irrigado, a implantação de monitoramento de pragas e doenças, a revisão da portaria que regulariza a comercialização de banana nos estados que estão livres da doença sigatoka negra, a expansão da telefonia convencional no meio rural, o seguro na área ru-



(fotos Alberto Neves)

...e no investimento em atividades vinculadas que agreguem renda



Produção familiar ancora-se na diversificação de culturas...

ral, a viabilização de convênios para a reforma das máquinas da sociedade distribuidora de água para Guaramirim, com 105 associados e 710 hectares de arroz irrigado.

Meio ambiente – Apontadas como problemáticas, as questões ambientais, especificamente no que diz respeito à legislação, exigem, conforme ponderou o deputado Dionei, uma discussão ampliada. “Há a necessidade de mudar a legislação. Essa discus-

são precisa ser ampliada com a presença dos deputados federais e senadores de Santa Catarina”. Sobre o aumento do número de técnicos da Epagri na região, Dionei enfatizou que questões políticas não podem interferir nas questões técnicas. “Em Massaranduba, uma técnica foi exonerada por desavenças com o prefeito.” Ele também sugeriu a criação de cursos para que os agricultores consigam agregar valor aos seus produtos.

Pronaf deve ser melhor aproveitado

Seis palestrantes esclareceram as principais dúvidas dos cerca de 200 agricultores que compareceram. O secretário executivo do Pronaf, Luiz Ademir Hessmann, falou sobre o crédito do Pronaf na agricultura familiar. Segundo ele, os produtores que podem fazer uso desse crédito têm que ter no trabalho familiar a base de exploração do estabelecimento.

Em Guaramirim, conforme informou, existem 5 mil pessoas que trabalham na agricultura familiar, o que equivale a 830 propriedades produtivas, mas somente 150 agricultores fecharam contrato com o Pronaf. Foram disponibilizados pelo Pronaf, naquela região, R\$ 1.445.571 para a safra 2004/2005. “O que falta na agricultura familiar é organização e esclarecimento. O Pronaf não faz favor nenhum. Esta é nossa obrigação. É necessário fortalecer o município porque é aqui que as coisas acontecem. O Programa Nacional é executado através de parcerias com entre os governos federal, estadual, através da Cidasc e principalmente da Epagri”, enfatizou. Com a Assembleia Legislativa, a parceria permite a realização de seminários que buscam justamente esclarecer e informar o agricultor, além de discutir as reais necessidades da atividade. “Vocês têm que pertencer a um sindicato. As audiências públicas são muito importantes porque são os

agricultores que falam. Como consequência delas, R\$ 276 milhões foram repassados só pelo Pronaf ao setor”, afirmou.

O superintendente da regional do Banco do Brasil de Joinville, Claudionor José Bucco, esclareceu as dúvidas sobre os financiamentos e as linhas de crédito. “O CMN (Conselho Monetário Nacional) aprova as medidas, o Banco Central regula e as instituições financeiras, no caso o Banco do Brasil, operacionalizam os créditos.”

Jurandir Gugel, delegado estadual do MDA/SC (Ministério do Desenvolvimento Agrário), palestrou sobre políticas públicas do governo federal destinadas a estimular o desenvolvimento do setor. “O governo está determinado a consolidar este modelo. Quer garantir que o seguro seja implementado, que já está sendo feito com os agricultores do Oeste e Meio-oeste, que foram prejudi-



Da terra às prateleiras, o resultado da atividade que exige maior atenção do governo

cados pela estiagem. Também quer garantir a liberação pelo Banco do Brasil, para a safra de inverno, de recursos para o custeio, conservação e armazenamento de água para os agricultores. Queremos fazer com que a agregação seja facilitada porque a produção não é de larga escala”, disse. Para Sionei Lauro de Souza, superintendente regional da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que trouxe esclarecimentos sobre os

programas que a Conab vem desenvolvendo junto aos produtores e consumidores, a compra antecipada já é uma forma de custeio. “Metade dos alimentos produzidos pelo país vem da agricultura familiar. A Conab estoca alimentos para o MST (Movimento Sem-terra), para o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), além de emergências como enchentes e estiagens e diariamente utiliza alimentos vindos da agricultura familiar para a merenda escolar. Temos 50 projetos em execução ligados à agricultura familiar, entre eles a Compra Antecipada da agricultura familiar, Garantia de Compra e a Compra Direta da agricultura familiar.”

O coordenador do projeto Fruticultura Tropical, da Epagri, Jorge Luiz Malburg, explicou aos produtores que não foi a Empresa a causadora da queda do preço do produto. A Argentina, informou, está exigindo um laudo laboratorial de cada partida de produto para ver se estão livres do fungo conhecido com “verticílio”.